



30º Aniversário da UGT – 1978/2008

Conferência Internacional “Os Desafios do Movimento Sindical”

Lisboa, 27/10/08

**Senhor Presidente da República, Excelência
Senhor Presidente da Comissão Europeia, Excelência
Senhor Ministro do Trabalho e Solidariedade Social
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**

**Senhor Presidente do PS
Senhora Presidente do PSD
Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PS e Senhores Deputados
Senhor Provedor de Justiça
Senhora e Senhores Membros do Governo
Senhores Embaixadores
Senhores Representantes dos Parceiros Sociais
Senhoras e Senhores Convidados**

**Caras e Caros Fundadores da UGT
Caras e Caros Sindicalistas**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores
Amigos**

A UGT comemora hoje o seu 30º Aniversário.

Nesta data histórica para a Central queremos saudar aqui a presença de S. Exa. o Sr. Presidente da República, Supremo Magistrado da Nação, que muito nos honra com a sua presença.

E saudamos também a presença de S. Exa. o Sr. Presidente da Comissão Europeia, do Sr. Ministro do Trabalho e Solidariedade Social e restantes membros do Governo, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de todas as convidadas e convidados, e dos sindicalistas estrangeiros que nos trazem aqui as suas experiências, permitindo assim uma reflexão sobre os desafios com que está confrontado o movimento sindical.

E permitam-me aqui um agradecimento muito especial aos fundadores da UGT presentes, sindicalistas no activo ou já retirados das lides sindicais, permitindo-me destacar a presença do nosso primeiro Secretário Geral Torres Couto e dos nossos Presidentes Manuel António, Manuela Teixeira, Mário Nunes da Silva, Miguel Pacheco e Pereira Lopes. A vossa acção foi decisiva para aquilo que somos hoje. A Vossa liderança levou à mobilização de milhares de sindicalistas, muitos aqui presentes e de centenas de milhares de trabalhadores em todo o País, na luta pela liberdade sindical.

Muito obrigado.

E uma palavra também de saudação aos dirigentes políticos que nos difíceis anos 70 e início dos anos 80 souberam reconhecer que não há democracia política sem liberdade sindical e também à então Confederação Internacional de Sindicatos Livres e às Centrais Sindicais seus membros que nos apoiaram na nossa acção.

Os Sindicatos da UGT estiveram na primeira linha da luta pela democracia e pela liberdade sindical, antes e depois do 25 de Abril.

Estiveram na fundação da Intersindical em 1970, onde os agora Sindicatos da UGT tiveram papel destacado, tendo a reunião fundadora decorrido num

Sindicato da UGT – o então Sindicato dos Bancários de Lisboa. Bateram-se contra a unicidade sindical em 1974 e 75, lutaram pela democracia sindical na então Central Única e dinamizaram o movimento da Carta Aberta, publicada em 27/4/76, que levou à criação da UGT em 1978.

Foi uma luta difícil, com centenas de Plenários, muitas vezes realizados em situações muito difíceis e em clima de grande coacção por parte daqueles que na altura, como hoje, defendem o Sindicato único.

Saudamos todos aqueles que lideraram e participaram nas acções e dizemos a todos eles que a UGT e os trabalhadores portugueses nunca os esquecerão.

No Cinema Lumiar em Lisboa, há 30 anos, reuniram-se 48 Organizações Sindicais que decidiram a constituição da União Geral de Trabalhadores e aprovaram a Declaração de Princípios e os Estatutos provisórios.

A UGT representa hoje trabalhadores em os sectores de actividade, com Sindicatos verticais e profissionais, presentes em todo o País.

A UGT sempre se bateu por um sindicalismo de proposição e acção, independente dos Partidos Políticos e dos Governos, celebrando acordos tripartidos e de negociação colectiva, mas também conduzindo lutas quando entende que as mesmas são necessárias para obter bons acordos e para melhorar as condições de vida e de trabalho.

Por isso nos batemos pelo diálogo social tripartido, fomos o primeiro parceiro social a defender a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e contribuímos para a modernização das relações de trabalho. Estamos filiados na Confederação Internacional de Sindicatos Livres - CISL (desde 1979), agora Confederação Sindical Internacional - CSI; na Confederação Europeia de Sindicatos – CES desde (1983) e impulsionamos a criação da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (em 1998).

Nestes 30 anos gostaria de destacar alguns momentos relevantes:

- A participação na criação do Conselho Permanente de Concertação Social (em 1984) e a celebração de Acordos tripartidos relevantes, como os Acordos de Política de Rendimentos, o Acordo Económico e Social (de 1990), o Acordo de Concertação Estratégico (1996) e o Acordo que permitiu reduzir o horário máximo de trabalho para 40 horas (em 1996);
- A luta contra as tentativas de revisão gravosa da legislação laboral, que levou à greve geral de 1988, mas também a participação na sua modernização com a celebração do AES (de 1990), com as grandes alterações introduzidas no Código de Trabalho em 2003 e com o acordo tripartido para a revisão do Código (em 2008);
- A defesa de uma Segurança Social de base pública e financeiramente sustentável, capaz de melhorar o nível geral de pensões, tendo subscrito acordos tripartidos sobre a Segurança Social (2001 e 2006) e sobre a revisão do subsídio de desemprego (em 2006);
- O reforço e enriquecimento da negociação colectiva, onde os Sindicatos da UGT assumiram sempre posições de liderança;
- A acção permanente na melhoria dos salários e das pensões, nomeadamente por via da negociação colectiva, dos acordos de política de rendimentos e com o acordo tripartido para revisão do salário mínimo (em 2006);
- A actuação nas empresas, em defesa dos direitos individuais e colectivos, nomeadamente nos processos de reestruturação;
- A acção para a melhoria do sistema de formação profissional, com a participação no arranque do sistema de aprendizagem e das Escolas Profissionais e com os acordos de formação profissional, (1991, 2001 e 2006), visando em especial garantir o direito à formação ao longo da vida;
- A luta contra o trabalho infantil e no combate ao abandono escolar;
- A acção permanente na melhoria das condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, com a celebração de acordos tripartidos (em 1991 e 2001) e com o reforço da negociação colectiva nesta matéria;
- A luta contra todas as discriminações e pela igualdade de oportunidades, quer de género, quer as de que são vítima alguns grupos sociais e particularmente os imigrantes;

- A defesa permanente do Trabalho Digno e do direito a um emprego de qualidade, através de políticas de crescimento económico, de apoio à empregabilidade e de combate à precariedade laboral.

A UGT sempre se bateu também na defesa da Europa Social, quer cooperando com a Confederação Europeia de Sindicatos, quer nas acções desenvolvidas a nível nacional.

É também neste quadro que sempre nos batemos pelo Estado Social, que assegure aos cidadãos serviços de qualidade na Educação, na Saúde e na Protecção Social e garanta aos trabalhadores a efectividade dos seus direitos.

Hoje o movimento sindical confronta-se com novos e velhos desafios.

Enfrentamos um elevado desemprego, a pobreza e a exclusão e o agravamento das desigualdades.

Se é um facto que os trabalhadores portugueses vivem hoje melhor que há 30 anos, também é um facto que persistem baixos salários, reduzidas pensões, elevada precariedade no emprego, particularmente entre os jovens e reduzida participação a nível da empresa.

Precisamos de empresas mais competitivas, capazes de assegurar melhores condições de vida e de trabalho. Mas a competitividade tem que ter uma dimensão económica e uma dimensão social.

Para uma maior competitividade há que promover um combate determinado à economia clandestina, melhorar a capacidade organizativa das empresas e promover um melhor funcionamento do Estado.

E sobretudo há que apostar na educação e na formação dos jovens e dos trabalhadores no activo.

Para vencer os desafios precisamos de apostar num modelo de desenvolvimento assente em elevados níveis de educação e de qualificação

profissional, na qualidade e na inovação e na participação dos trabalhadores na empresa e na vida económica e social.

A actual crise internacional nasce na especulação financeira e na livre circulação de capitais sem regulação, na procura do lucro a todo o custo, no quadro duma globalização sem regras.

A actual crise do sistema financeiro, tem consequências muito gravosas sobre a chamada economia real e sobre os trabalhadores e suas famílias.

Vivemos momentos de grande incerteza e muitos receiam a perda do seu emprego. Muitas famílias fortemente endividadas, não estão capazes de cumprir os seus compromissos. As famílias de mais baixos rendimentos vêem-se ameaçadas pela pobreza e pela exclusão.

As indispensáveis medidas de apoio social são e serão sempre insuficientes, tanto mais que limitadas pelos recursos orçamentais disponíveis. Há que prosseguir esforços diferenciados, em função do nível de rendimentos e exige-se uma adequada revisão das pensões tendo presente a situação financeira da Segurança Social.

A UGT sempre defendeu a necessidade de políticas públicas que promovam o crescimento económico, sem maximalismos no combate ao défice, apostando em medidas que promovam o investimento público e privado, com exigências de rentabilidade económica e social.

A solução para a actual crise tem custos elevados para o erário público e só será aceite pelos cidadãos se verificarem que não há impunidade relativamente aos que estiveram na sua origem e que serão tomadas medidas de fundo para que a situação não se repita.

A actual crise também vem demonstrar o papel fundamental do Estado, quer em termos de intervenção na economia quer nas suas funções de ESTADO SOCIAL.

As medidas a nível nacional, tem que ter uma coordenação europeia, registando-se os esforços positivos actuais.

É de exigir uma governação e uma regulação da globalização, pela qual o movimento sindical se vem batendo, com medidas internacionais de que são exemplo a regulação da circulação de capitais, a proibição de operações em Bolsa de pura especulação, o controlo dos paraísos fiscais e a necessidade de lançar impostos sobre as operações financeiras de curto prazo.

E aqui é fundamental o papel da União Europeia, como maior potencia económica a nível mundial e tendo presente ser este o único espaço de integração regional com dimensão política, cultural, económica e social.

A EUROPA SOCIAL é um dos eixos centrais da competitividade europeia, capaz de mobilizar os cidadãos europeus para o reforço da construção europeia.

E aqui queremos manifestar ao Sr. Presidente da Comissão Europeia a nossa preocupação com várias decisões do Tribunal Europeu que põem em causa os fundamentos da Europa Social, sendo necessárias medidas que evitem a sua repetição, como a Confederação Europeia de Sindicatos vem propondo, nomeadamente com reforço da legislação social europeia e com a aprovação de um Protocolo Social.

Senhor Presidente da República, Excelência

Minhas Senhoras e meus Senhores

As crise originam sempre mudanças em que todos tem que participar e assumir as suas responsabilidades.

A mudança tem que ter dimensão social e envolvimento dos trabalhadores e também por isso os Sindicatos são e serão cada vez mais necessários.

Nesta Conferência iremos confrontar diferentes modelos sindicais nacionais e a acção sindical a desenvolver para assegurar melhores condições de vida e de trabalho e para aumentar os níveis de participação e de sindicalização.

Discutiremos os desafios com que hoje se confronta o movimento sindical, no combate ao desemprego, na melhoria da qualidade do emprego, no combate às discriminações e desigualdades, em suma na defesa de um trabalho digno para uma vida digna.

Senhor Presidente da República

As mensagens que V. Exa. tem dirigido aos portugueses e as iniciativas que vem promovendo, influenciam profundamente a nossa acção.

A UGT agradece a sua presença, que traduz para nós um incentivo inestimável para o trabalho futuro.

Muito obrigado.

João Proença
Secretário Geral